COMUNICADO NACIONAL Nº 07/2025

"Reflexão em tempo de férias…"

21 de Julho de 2025

Há uma semana, a 14 de Julho, na conferência "A nova Defesa", o primeiro-ministro afirmou que Portugal vai investir mais 1300 milhões de euros até ao final do ano em defesa, através de três eixos: 1) manutenção e reforço do apoio à Ucrânia; 2) reforço das capacidades militares com a aceleração da aquisição de equipamentos e investimentos em infraestruturas; 3) reavaliação de investimentos que estão em curso e investimentos futuros de uso *dual*, ou seja, de utilização militar e civil.

Afirmou ainda que o objectivo é mais ambicioso na execução material do que financeira, destacando a dificuldade em adquirir rapidamente material não previamente encomendado.

"*Generalidades e culatras*", como se diz no jargão militar! Sobre o factor humano, o mais importante de qualquer organização, **nem uma tímida referência!**

Dias depois, a 17 de Julho, no debate sobre "O Estado da Nação", o primeiro-ministro afirmou: "queremos competir com os países mais desenvolvidos da Europa", "Portugal é maior que os seus obstáculos", "a nação realiza-se todos os dias… uma nação forjada na vontade de acontecer…" – muito bonito, mas?

Ainda neste debate, num tempo de cenários de guerra globais, com discussões sobre aumentos brutais no orçamento da Defesa, perante as insistentes e reais dificuldades de recrutamento e retenção onde cada vez menos efectivos dão resposta a cada vez mais missões, com grau de exigência cada vez maior, as Forças Armadas e os homens e mulheres que nelas servem **não mereceram mais que apenas breves referências, vazias de conteúdo e de objectivos**, como as de um deputado que, em sede de audiência com as APM na Comissão de Defesa Nacional, afirmou que, para o seu partido (o segundo ao nível de representação parlamentar), "os militares não são cidadãos".

No dia seguinte, 18 de Julho, em entrevista à CNN Portugal, o ministro da Defesa declarou que quando o governo fala em investir nas Forças Armadas, fala em "muitíssimos meios" e equipamentos com "uso duplo", o que se configurará como um enorme retorno para a população portuguesa.

Referiu ainda que as operações de emergência médica, busca e salvamento, transporte de órgãos, repatriamento, entre outras, são feitas com recurso às Forças Armadas. Mas com que efectivos, Sr. Ministro? Com que impacto nas condições e carga de trabalho dos militares em serviço?

É uma verdade que as exigências se multiplicam, mas os efectivos não se veem crescer!

E não se iludam os cidadãos com discursos sobre "quadros remuneratórios", "suplementos" ou "investimento nas pessoas"! Os militares, infelizmente, conhecem bem a realidade que vivem, **e o povo, de onde emanamos e a quem servimos, tem de a conhecer também!**

Durante anos, os números de recrutamento e retenção caíram de forma consistente – porque se negligenciou o investimento no factor humano. Registamos que, finalmente, o ministro faz uso de um argumento que a ANS há muito defende junto de responsáveis políticos e militares: **"Podemos ter os melhores equipamentos, mas sem homens e mulheres treinados, preparados e motivados para os operar, não teremos Forças Armadas."**

E quando afirma que "houve melhores números de recrutamento em todos os ramos" no final de 2024, não se estará a referir, por exemplo, aos 13 (sim, treze!) militares da Marinha que completaram a sua instrução básica já em 2025 e, há dias, juraram bandeira! **Esta realidade não representa, com toda a certeza, esses "melhores números de recrutamento".**

Estamos em pleno período de férias (para quem as consegue gozar), mas este comunicado exige reflexão, porque a luta pelos nossos direitos e por melhores condições socioprofissionais **não vai, nem pode ir de férias!**

Quando a maioria dos cidadãos regressar à actividade, estaremos perante processos eleitorais – autárquicas em Outubro de 2025 e presidenciais em Janeiro de 2026 – e também com a discussão do Orçamento de Estado para 2026. Presumivelmente, **tudo isto acontecerá num ambiente de silêncio ensurdecedor, por parte das tutelas, em torno da decisão do Comité Europeu dos Direitos Sociais no que ao direito das APM à representação e negociação colectivas diz respeito!**

Estejamos atentos e disponíveis para participar activamente, com confiança, determinação e unidade, nas iniciativas que vierem a ser convocadas.

Boas férias, sim – mas com reflexão.

Porque a luta, essa… não tira férias!

A Direcção